

ACTA DA REUNIÃO DA COMISSÃO POLÍTICA DE 27 DE OUTUBRO DE 1987.-

A fim de dar continuidade a reunião de 20 de Outubro e sob a Presidência do Camarada ARISTIDES PEREIRA, Secretário Geral do Partido, reuniu-se a Comissão Política no dia 27 de Outubro pelas 09H00.

AUSENTES OS CDAS. Honório C. Soares, João de Carvalho e Silvino da Luz.  
Silvino da Luz, João de Carvalho e Honório C. Soares.

Ficou assente a discussão dos seguintes pontos:

- 1 - Algumas questões relativas a:
  - a) ao Sector Rural da Praia
  - b) JAAC-CV em S.Vicente.
- 2) Sobre a "Associação de Trabalhadores na empresa pública"
- 3 - A preparação política da próxima Sessão Legislativa da ANP
- 4 - Sobre a assessoria aos membros da Direcção Nacional do PAICV
- 5 - Diversos:
  - a) Metodologia para a aprovação de alguns Regulamentos,

Antes de se dar início a reunião foram feitas algumas apreciações às decisões da reunião de 20 de Outubro, Assim introduziram-se as seguintes <sup>fez-se</sup> ~~correcções~~ <sup>de</sup> ~~alguns~~ <sup>alguns</sup> ~~correcções~~ no documento:

Ponto 1. alínea a) ... não deferimento dos pedidos....

alínea c) .. a C.P. concluiu pela conveniência do debate nacional sobre o sistema de saúde....

Ponto 3 - ... encarregar os CDAS. Abílio Duarte, Olívio Pires, José Araújo, Silvino da Luz e Osvaldo Lopes da Silva....

Também e apreciado o projecto da Ordem do Dia da VIII Reunião Ordinária do CN e de acordo com o tempo disponível para a discussão dos pontos agendados decidiu-se:

- a) retirar o ponto 4 e o subponto do ponto 5;
- b) fixar para os dias 18,19,20 e 21 de Novembro a reunião do CN

Igualmente e para um melhor aproveitamento das sessões de trabalho, decidiu-se que o Secretariado do CN dará instruções as Organizações de Massas (JAAC-CV, OMCV e Sindicatos) no sentido de distribuírem previamente os seus Relatórios/síntese <sup>em número de</sup> com limitação de 20 páginas /aproximadamente.

Finalmente entrou-se no ponto 1 da agenda de trabalhos

Este ponto introduzido pelo CDA. SECRETÁRIO GERAL, consistia numa informação do que se vem constatando a nível do Sector Rural da Praia em relação a ausência de um trabalho adequado na sua área de actuação e de um trabalho coordenado com o MDRP. A situação é considerada preocupante se tivermos em conta o total desconhecimento da parte do Comité de Sector em particular do seu 1º Secretário, das actividades levadas a cabo por instituições do MDR no âmbito rural e que exige um maior envolvimento e presença do Partido, para que exerça de facto o ~~seu~~ papel <sup>que lhe cabe</sup> junto da população rural.

Foi igualmente apontado o facto de o 1º Secretário desde o seu empossamento, há mais de um ano, não ter até a presente, apresentado um relatório da situação, o que dificulta uma avaliação mais objectiva do trabalho desse Sector.

O CDA: ABILIO DUARTE, apontou para a especificidade do Sector Rural, isso tendo em conta para além de outros factores, a ausência dum poder local próprio pois este está inserido na Praia Urbana, onde <sup>inclusive</sup> tem a sua sede, e indefinição quanto a sua área de actuação.

O CDA: SGERAL ADJUNTO, em relação ao 1º Secretário, é de opinião que se deve fazer com que este apresente o Relatório da situação existente no prazo de 15 dias e a partir daí, procurar ver-se se a estrutura existente é a que melhor se adequa a situação específica do Sector.

O CDA JOSE ARAUJO, alertou para a necessidade de se ver igualmente a questão da pessoa em si, se o 1º Secretário é a pessoa certa para o lugar certo.

O CDA SECRETARIO GERAL, mais a frente considerou indispensável melhorar o método de trabalho do cda. 1º Secretário, devendo para isso serem dadas instruções no sentido de se activar mais e exigir maior trabalho político e intervenção do Sector no ~~seu~~ meio rural.

Após algumas considerações de carácter geral sobre a situação no Sector, e dado a complexidade na sua análise, decidiu-se retomar a questão na Comissão Política.

Em relação à JAAC-CV , o CDA. Secretário Geral informou da situação financeira que vem atravessando a organização em S.Vicente, cujas dívidas atingiram somas preocupantes e que urge encontrar uma solução.

Assim, após as intervenções dos CDAS. Oswaldo Lopes da Silva e Secretário-Geral Adjunto, concluiu-se da necessidade de se proceder o mais urgente possível a criação de um esquema de contabilidade, devendo-se para o efeito, recorrer aos cdas. que entendam da matéria. Também o Cda. Xisto Almeida poderá ser contactado para prestar o seu apoio.

Sobre o ponto 2 "Associação de trabalhadores nas empresas públicas":

Em relação a este ponto o CDA. Secretário Geral Adjunto, faria uma breve apresentação do documento/parecer sobre o ante-projecto do diploma destinado a regulamentar o Fundo Social das empresas públicas. O documento tem como pano de fundo a análise e o enquadramento do fundo social e a sua realidade actual no contexto nacional. Começa por propor a alteração da redacção do texto constante na Lei de Bases Gerais das Empresas Pública, por o sistema de protecção social existente não cobrir todo o objectivo que lhe é atribuído nessa lei; Chama a atenção para o risco das grandes disparidades na redistribuição dos rendimentos nacionais, na ausência de políticas salariais definidas tanto a nível global como sectorial etc; enquadra as lacunas existentes no âmbito doutrinário e legislativo e acaba por aceitar a proposta dum fundo organizado em associação, composto por quotas dos trabalhadores sócios, complementadas <sup>dos</sup> com subsídios das Empresas.

Termina por sugerir um trabalho conjunto entre o MSTAS, as Tutelas o MIE e o Gabinete de apoio as empresas, com vista a um levantamento da situação real dos fundos sociais no país e a elaboração de documentos de propostas adequadas à regulamentação dessa matéria.

O CDA. Oswaldo Lopes da Silva, como um dos intervenientes directos neste assunto opinou, que a questão deva merecer um debate aprofundado da Comissão Política, e que ele particularmente, pretende fazer uma análise crítica do documento apresentado.

O CDA: SGERAL ADJUNTO, sublinharia que <sup>em relação</sup> a intervenção do Partido através dos seus militantes, estes deverão ter <sup>em conta</sup> primeiramente que estão junto do órgão supremo legislativo ~~supremo~~ e em 2º lugar, numa Tribuna política. Daí que esses cdas. devam estar preparados.

Será necessário fazer um levantamento dos acontecimentos mais marcantes nos intervalos de cada sessão, analisá-los e encarregar, com as devidas orientações, a alguns militantes deputados, que dêem o seu tratamento na óptica do Partido. Adiantou ser necessário a criação no Secretariado do CN de uma estrutura que acompanhe a preparação das sessões legislativas, nomeadamente na assessoria aos deputados militantes no tocante ao estudo e tratamento de diplomas legislativos, visando a análise das grandes questões nacionais.

O CDA: OLIVIO PIRES para além de concordar com os CDAS. Abílio Duarte e SGA quanto a necessidade de uma consertação prévia para a discussão e análise de determinadas questões na ANP, adiantou que tal coordenação deverá ser não só a nível da direcção do Partido como também a nível do Governo, de modo a evitarem-se situações incómodas, como já tem acontecido, as vezes, membros do Governo e dirigentes do Partido, manifestarem posições totalmente divergentes no tratamento de questões de fundo, ~~nessa tribuna política~~. Resumindo, defende uma coordenação prévia em função da importância das questões a serem discutidas.

O CDA: ABILIO DUARTE ao retomar a palavra alertou para a necessidade de se criar os mecanismos para a materialização da vontade expressa na Constituição. Subscreveu a proposta do CDA. SGA no que se refere a criação de uma estrutura no Secretariado no CN que apoie os militantes na sua acção legislativa seja do Governo seja da Assembleia.

O CDA: OLIVIO PIRES adiantaria que instruções têm sido dadas aos Sectores com vista ao acompanhamento das situações existentes e que careçam de medidas adequadas as quais também sido tomadas; Em relação a proposta avançada pelo CDA.SGA e subscrita pelo CDA.Abílio Duarte, concorda com ela, aliás já se vem pensando nisso, só que não é fácil encontrar a pessoa adequada para tal tarefa no Secretariado. Por outro lado, no que se refere à propostas e projectos de lei a serem apreciados, tendo em conta a constiuição da Mesa, opina que se devesse pensar na utilização desses deputados/militantes ~~para o apoio directo na defesa comum e única da posição do Partido em determinadas questões de carácter político nacional.~~

Após as intervenções dos CDAS. Secretário Adjunto, Olívio Pires e Osvaldo Lopes da Silva, decidiu-se que dado a necessidade de por um lado se encontrar uma solução urgente para a resposta relacionada com a utilização do fundo existente no Sal pelos trabalhadores e por outro, da necessidade de aprofundar a discussão do assunto com todas as partes interessadas, ficou assente:

- que o CDA. Ministro dos Transportes e Comunicações tentará encontrar uma solução urgente ao problema do Sal, visando o desbloqueamento do fundo ali existente;

- marcar para o mês de Janeiro de 1988, a discussão aprofundada do assunto;

- haver uma concertação entre os CDAS. Ministros dos Transportes, Comércio e Turismo e Saúde, Trabalho e Assuntos Sociais, com vista ao esclarecimento de determinados aspectos <sup>referidos no documento</sup> ligados a ~~interpretação do conceito de~~ ~~fundo social~~.

Passando-se ao Ponto "Preparação política da próxima sessão legislativa da ANP:

<sup>13</sup>  
- ~~Tendo-se~~ constata<sup>do</sup> a necessidade de uma melhor intervenção do Partido através <sup>de</sup> uma acção conjugada entre a sua Direcção e a ANP; porque tal premissa vem expressa no artº46º da Constituição da República; porque se torna indispensável reflectir como agir para que as linhas do Partido prevaleçam de forma unânime principalmente no que respeita a questões de fundo da vida nacional inseridas nos diplomas a serem discutidos, implicando deste modo, o dever de conhecer e aprofundar bem as leis por parte dos militantes de um modo geral e dos militantes deputados em particular, apresentaram-se as seguintes observações e sugestões:

CDA. ABÍLIO DUARTE:

realçou a necessidade de procurar as vias para que se efective de forma mais eficaz a intervenção e acompanhamento do Partido nas sessões legislativas,

<sup>CDA</sup> O Presidente da ANP <sup>informante</sup> tem procurado manter sempre <sup>ao corrente</sup> informado das actividades ~~legislativas e outras~~ ligadas a Assembleia, aos CDAS. SG e SGA, ao mesmo tempo que o 1º Vice-Presidente da Mesa tem a responsabilidade de servir de elo de ligação com o Partido, visando a canalização para aquele órgão máximo do Estado, os assuntos políticos <sup>de fundo</sup> do país.

O CDA: JOSE ARAUJO

interveria para manifestar o seu acordo com as propostas avançadas e das suas vantagens, tendo sublinhado que tal questão deva ser objecto de discussão prioritária na próxima reunião do Conselho Nacional. Igualmente opinou que não haverá nenhuma inconveniência em que os militantes do Partido apresentem projectos de lei porque isso provaria uma inovação, pois deve-se criar as condições para que no futuro a intervenção do Partido, através dos seus militantes, seja uma realidade.

Mais a frente O CDA OLIVIO PIRES, retomava a palavra para observar que: ao falar-se de iniciativa legislativa dos militantes, referência feita pelo CDA. SGA, aquando apontava para essa necessidade que se faz sentir, afirmou que o Partido tem-na através dos seus militantes deputados, embora se possa fomentar. Outra questão, sublinhou, é ver-se o Partido na sua globalidade, para mais adiante afirmar que mesmo que o Partido tenha os seus organismos no Secretariado a funcionar, não será nada se esses mesmos militantes não assumirem essa tarefa. Daí que há que tirar o máximo dos militantes que estão na ANP ~~os quais poderão levantar questões de fundo nessa tribuna política, com orientações do Partido, aliás como se referira anteriormente.~~

O CDA ABILIO DUARTE de novo de posse da palavra alertaria para o cuidado que se deve ter em não se cair no exagero, isso em relação a uma intervenção do CDA. OSVALDO Lopes da Silva, quando salientou a necessidade de acompanhamento do Partido das reuniões das Comissões especializadas. Para o Cda. ABILIO Duarte tal problema não se põe pois ele na qualidade de Presidente da ANP ~~está apto a garantir~~ a orientação adequada e necessária as situações que mereçam um cuidado tratamento.

A questão fundamental é saber quais as medidas para se levar a prática o acompanhamento do Partido em relação a ANP e não o controlo da accção das Comissões.

O CDA SGERAL ADJUNTO retomaria a palavra para esclarecer sobre a iniciativa legislativa que se referia, pois diz respeito aos militantes deputados e portanto terá de ser nessa base que se irá trabalhar. Considera fundamental que a presença do Partido na ANP seja mais visível através dos militantes deputados. Esclareceu igualmente que o Partido não possui órgãos nem condições mínimas para acompanhar as questões legislativas. A necessidade de se criar no militante deputado o hábito de iniciativa legislativa, foi sublinhada pelo CDA. SGA. , que relacionou o papel importante que este poderia desempenhar na análise e tratamento das questões, ~~no âmbito parlamentar~~ e na defesa das ~~posições~~ <sup>orientações</sup> do Partido na ANP.

SOBRE O PONTO 7: Assessoria aos membros da Direcção do Partido:

O CDA ABILIO DUARTE, começaria por afirmar que tal questão vinha de encontro ao problema de assessoria de um modo geral, e já evocado em particular pelo CDA. SGA, quando se referiu a ausência de um apoio aos militantes deputados em matéria legislativa, mas reforçou a necessidade de se criarem as condições para a efectivação de uma assessoria a nível do Secretariado aos membros da direcção do Partido, com vista a assegurar um melhor desempenho das tarefas que muitas vezes lhes são atribuídas.

Ao se referir um pouco sobre o papel que cabe ao Secretariado, <sup>enquanto</sup> ~~na que-~~ ~~lidade~~ de aparelho auxiliar do CN, especificamente em matéria de assessoria e tendo em conta a situação actual demonstrando a dificuldade na sua concretização de imediato, concluiu-se avançar primeiramente pela organização de toda a documentação existente (sistematização e classificação) de modo a prestar um apoio informal aos dirigentes; os membros da direcção do Partido sempre que o necessitem, recorrerão ao CDA. Secretário do CN que conjuntamente com os Directores dos Departamentos e disponíveis procurarão dar todo o apoio necessário e possível para a realização de actividades incumbidas pela Direcção do Partido.

PONTO 8, Sobre a metodologia para aprovação dos Regulamentos,

Dando cumprimento a uma decisão da ~~VI~~ reunião ordinária do CN, e tendo necessidade de se aprovar o mais urgente possível os regulamentos já existentes, a CP decidiu: por terem sido produzidos há já algum tempo, fazer-se a sua distribuição aos membros do CN, fixando um prazo para qualquer observação, findo o qual e não havendo considerações, dar-se-ão por aprovados. Caso hajam observações, serão vistas na próxima reunião do CN

----- Antes de terminar a reunião foi fixado o seguinte:

- a realização das festividades do 5 de Julho 1988 terão lugar na <sup>Ilha de</sup> Maio],
- O grupo constituído para a questão da criação da Associação do Combatente de liberdade da Pátria reunir-se-á no dia 16 de Novembro

----- Esgotados os pontos agendados, deu-se por encerrada a reunião pelas 13H00.

\*\*\*\*\* Praia, 7 de Novembro de 1987.-

Secretariou:

*Arhandaty*

O SECRETARIO GERAL